

## A ÍNDIA E A NOVA ORDEM MUNDIAL: DO DESENVOLVIMENTO INTERNO À INFLUÊNCIA EXTERNA.

Priscila Pimont Berndt\*  
Tiago Estivallet Nunes\*\*

O recente boom econômico indiano voltou ainda mais as atenções do mundo ao continente asiático, visando compreender as particularidades da Índia em meio à região e, especialmente, o seu papel no contexto global, uma vez que o final da Guerra Fria acarretou diversas mudanças no sistema internacional.

A heterogeneidade cultural, social e religiosa da Índia faz do país um verdadeiro caleidoscópio e, portanto, qualquer análise sobre o passado e o futuro do país deve levar em consideração a história milenar da Índia. Ao longo do tempo, o país assimilou as mais diferentes culturas dos mais diversos povos que invadiram ou simplesmente cruzaram o seu território. Destarte, as dificuldades inerentes ao entendimento do país como um todo não são à toa.

Com um território de 3.287.263 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 1.028 milhões de habitantes (conforme censo realizado em 2001), a Índia possui aproximadamente 2,4% do território mundial e a segunda maior população do planeta, correspondente a 16,7% do total<sup>1</sup>. Dezesete línguas são oficialmente faladas, dentre elas o inglês e o hindí, além de outras centenas de dialetos. Ademais, no que tange às religiões, a Índia é o berço do budismo e do hinduísmo, além de possuir seguidores de diversas outras – como o islamismo, o sikhismo e o cristianismo.

O estabelecimento do espaço indiano em meio aos vizinhos asiáticos foi dificultado pela reorganização mundial do pós-Guerra Fria. Dentre as principais dificuldades observadas ao fim do conflito Leste-Oeste estão o desenlace das ligações antes estabelecidas com a União Soviética; a diminuição do envolvimento indiano com o Reino Unido – sua metrópole colonizadora – em virtude da União Européia; e a interrupção das grandes parcerias comerciais dos países do Oriente Médio com a Índia. Além disso, a ascensão asiática após a Revolução Científico-Tecnológica tornou inevitável uma virada indiana à região, ampliando e estreitando relações com os países de seu próprio continente.

As atuais relações internacionais indianas, assim, só podem ser analisadas mediante a compreensão dos acontecimentos durante a década de 90 e os primeiros anos do novo milênio. No que tange aos aspectos internos do país, pode-se dizer que os anos 90 foram marcados por uma forte guinada rumo ao liberalismo econômico (contrariando a tradição protecionista); pelo crescente choque do nacionalismo hindu com as castas inferiores e com a porção mulçumana da população; pela ampliação da integração regional por meio da SAARC; e pela contínua tensão com os antigos rivais Paquistão e China.

### **Do Protecionismo ao Liberalismo: impactos da abertura econômica**

O papel preponderante do Estado na condução do desenvolvimento social e econômico era consenso na Índia desde a independência, já que grande parte da população considerava as trocas e relações comerciais como uma forma de exploração do povo indiano pelos estrangeiros.

---

\* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Portal Nacional da Índia <<http://www.india.gov.in>>

O período posterior à independência, por conseguinte, foi caracterizado por forte introversão econômica.

Até 1991, a economia indiana foi marcadamente protecionista: era detentora das maiores tarifas alfandegárias do mundo à época e possuía grande aparato burocrático, o que dificultava a entrada de empresas no mercado interno. Prova disso é que para a abertura de empresas no país necessitava-se da obtenção de licenças governamentais, e a importação de bens de consumo era proibida – à exceção de alguns medicamentos essenciais. No que tange a regulação de importação, a classificação dos bens de capital baseava-se em critérios de essencialidade e produção nacional: era restrita àqueles bens essenciais que não pudessem ser produzidos de forma similar por nenhuma empresa nacional. Além dos bens considerados essenciais, a importação somente era permitida através de uma lista geral que continha basicamente bens intermediários. Além disso, as importações deveriam ser feitas pelo usuário efetivo e, uma vez impedidas intermediações de qualquer tipo, as transações se tornavam ainda mais difíceis.

Algumas reformas em direção à liberalização econômica, como a desregulamentação industrial e diminuição das restrições à importação, iniciaram-se em meados da década de 1980. No entanto, a implementação de disciplina fiscal e a regulamentação do mercado de trabalho, entre outras medidas, foram barradas pela impopularidade que trouxeram ao governo. Tais reformas não obtiveram apoio da burocracia local e de determinados setores industriais – amplamente beneficiados pelo aparato burocrático e protecionista existente. Diante das dificuldades, as reformas foram deixadas de lado.

O fechamento da economia, por tempo excessivo, resultou na falta de competitividade da produção interna perante o mercado internacional e, por conseguinte, na dificuldade de promoção das exportações, pressionando o balanço de pagamentos. Em virtude da Guerra do Golfo e do aumento do preço do petróleo, o país defrontou-se com uma situação de crescente dificuldade em torno do pagamento de sua dívida externa e, além disso, o baixo crescimento econômico era consumido pelo aumento populacional de 2,5% ao ano. Sem meios para financiar o déficit (superior a 70 bilhões de dólares), em função da falta de competitividade de seus produtos, a situação indiana tornou-se insustentável. O ano de 1991 tornou-se, assim, propício à abertura econômica: vencidas as resistências ideológicas e os grupos de interesses, uma nova e ampla reforma foi posta em prática por Narasimha Rao.

Todas as categorias de bens passaram a não necessitar da obtenção de licenças para importação e os subsídios às exportações foram removidos. A abertura do mercado interno às empresas estrangeiras foi seguida de uma explosão de instalações de companhias transnacionais em território indiano. A comparação de dados permite observar o resultado da liberalização econômica e desregulamentação do mercado sobre a economia interna: o investimento direto externo (IDE), da marca de 90 milhões de dólares em 1990, atingiu 1,23 bilhões em apenas 12 meses<sup>2</sup>.

Para o terço mais rico da população indiana, as reformas trouxeram uma era de prosperidade e conforto material. O mercado de capitais floresceu e Bangalore se transformou numa espécie de ‘Vale do Silício’ indiano. Conforme Stanley Wolpert, a abundância de brilhantes matemáticos e cientistas da computação ajudou a elevar a economia indiana dos últimos estágios da industrialização a órbitas de comunicação global futurística e tecnologias de satélites guiados eletronicamente, além do poder nuclear<sup>3</sup>. Para o terço mais pobre da população,

---

<sup>2</sup> DOBBS-HIGGINSON, M. S. *Asia Pacific: its role in the new world disorder*. Kew: Mandarin, 1996, p. 194.

<sup>3</sup> WOLPERT, Stanley. *A new history of India*. New York: Oxford University Press, 2003, p.443

porém, a abertura só significou maiores dificuldades, principalmente nas crescentes favelas em torno dos centros urbanos. A globalização aumentou a inflação, o desemprego e a desigualdade.

## **A Difícil Trajetória em Busca do Desenvolvimento**

A luta pelo desenvolvimento e diminuição da pobreza tem sido uma constante no país. Após a independência, em 1947, e durante a Guerra Fria, a posição de não-alinhamento da Índia direcionou suas relações ao então chamado Terceiro Mundo, em uma postura economicamente introvertida. Nas disputas pelas esferas de influência entre as superpotências, buscou tirar proveito de ambos os lados, mas o desmantelamento da URSS e o fim das tensões com os EUA forçaram a Índia a encontrar meios mais autônomos para atingir os desejados estágios superiores de desenvolvimento.

Para uma síntese das questões sociais indianas pode-se observar os dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os quais apontam a Índia como um país de desenvolvimento médio, figurando na 126ª posição dentre os 177 países analisados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2006, foi de 0,611 e sua renda per capita de \$3.139 (paridade poder de compra em US\$)<sup>4</sup>.

O problema do analfabetismo começou a ser enfrentado seriamente em 1988 (quando o país contava com mais de 300 milhões de analfabetos, cerca de 40% da população à época), por meio de um programa nacional intitulado “Missão Nacional Indiana de Alfabetização”. O programa logrou alfabetizar mais de 100 milhões de indianos até 1997 e tinha por objetivo atingir a alfabetização de 80% da população até 2000 – para tanto, o programa contou com mais de 10 milhões de instrutores voluntários e centenas de organizações não-governamentais. A alfabetização de jovens de 15-35 anos de idade, assim como a alfabetização das mulheres, buscava aumentar a capacidade produtiva do país através da especialização da mão-de-obra, bem como melhorar as condições de saúde, diminuir a taxa de natalidade e aumentar a expectativa de vida. No entanto, segundo dados das Nações Unidas, no ano de 2004 o país ainda possuía apenas 61% de alfabetizados entre sua população<sup>5</sup>.

Quanto ao quesito saúde, destaca-se o progresso da assistência à natalidade nas últimas décadas. Em 1993, apenas 34,3% dos nascimentos recebiam assistência médica, tendo essa taxa crescido para 42,4% já em 1999. Todavia, apesar dos esforços, em 2004 menos da metade dos nascimentos receberam atendimento apropriado, refletindo uma taxa ainda considerada bastante precária<sup>6</sup>.

Programas educacionais têm trazido grandes avanços em áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), trazendo à Índia avanços tecnológicos comparáveis e até superiores à maioria de seus vizinhos asiáticos. Empresas que há poucas décadas tinham o mercado interno garantido, e por isso não se preocupavam com a qualidade da produção, hoje buscam a melhoria da qualidade de seus produtos (aderindo, por exemplo, às certificações ISO, internacionalmente reconhecidas).

Todavia, uma característica marcante na sociedade indiana é a burocracia, herança da colonização britânica. Ainda que responsável por garantir uma real unidade ao país – por meio da

---

<sup>4</sup> NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2006*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 06 jul. 2007.

<sup>5</sup> NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2006*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 06 de jul. de 2007.

<sup>6</sup> BANCO MUNDIAL. *Global Monitoring Report 2007*. Disponível em <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em 08 jul. 2007.

execução de políticas nacionais e da estabilidade dos processos políticos – é o principal foco de corrupção, e nos parâmetros atuais dificulta o alcance de níveis elevados de desenvolvimento.

A composição da sociedade indiana abarca entre 12 e 40% de classe média, o que em número absolutos representa algo entre 100 e 300 milhões de pessoas. É a classe média a responsável por grande parte da poupança nacional disponível para investimentos em capital. No final da década de 70, a parcela da população abaixo da linha de pobreza representava 40% da população. Já em 1992 havia diminuído para, em média, 25% do total, estando 15 ou 20% do contingente populacional vivendo um pouco acima daquela linha. Na última década, conforme dados apresentados pelas Nações Unidas em 2004, 100 milhões de indianos deixaram a faixa de pobreza, número que representa uma evolução ainda bastante escassa quando comparados os dados indianos aos chineses (na China, 350 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza na mesma década até 2004).

A expansão do mercado consumidor representado pela classe média, bem como a oferta de mão-de-obra qualificada extremamente barata, são fatores de atração de capitais estrangeiros para a região, especialmente no que tange a investimentos diretos externos (IDE). Na Índia, um engenheiro com cerca de três anos de experiência pode ser contratado por US\$ 250 ou 300 mensais. O país alcançou consideráveis avanços com o retorno de diversos nacionais que se qualificaram fora do país e retornam após a abertura econômica, melhorando o nível da mão-de-obra do país. Esses aspectos, dentre outros, tornaram a Índia, desde a liberalização e desregulamentação econômica de 1991, um mercado extremamente atrativo, levando-a a ser considerada um gigante tigre adormecido em meio aos velhos tigres asiáticos.

Ademais, ambicionando a aceleração do processo de desenvolvimento social e econômico, a Índia ampliou suas relações com países de desenvolvimento semelhante, e passou a firmar acordos nesse sentido. Como exemplo disso, temos a constituição do IBAS ou G3 (acordo de cooperação política, estratégica e econômica) estabelecido com o Brasil e a África do Sul. O diálogo Sul-Sul passou a ser visto como meio de elevar a posição indiana no cenário internacional, aumentando seu poder de barganha em foros multilaterais.

### **SAARC: o retorno indiano ao continente asiático**

A Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), estabelecida em 1985, pode ser considerada uma comprovação irrefutável da aproximação indiana ao seu próprio continente – ao menos no que diz respeito à busca pelo desenvolvimento auto-sustentável. Baseada em princípios como o respeito à soberania igualitária, a integridade territorial, a independência política e a não-interferência nos assuntos internos, a SAARC é composta pela Índia em conjunto com Bangladesh, Butão, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka<sup>7</sup>.

Apesar de esboçar, em sua carta constitutiva, um ideal desenvolvimentista para a região, o que se pode observar são disparidades políticas e econômicas, as quais acabam, de certa forma, travando um processo já fortemente marcado por avanços e retrocessos. A complexidade no avanço da integração regional torna-se ainda maior quando observadas as similaridades nas pautas produtivas e a superioridade econômica indiana, fatores que dificultam uma real ampliação do comércio intrabloco. Entretanto, avanços nesse sentido têm sido buscados desde 1991: por meio do Comitê de Cooperação Econômica, chegou-se à criação de um acordo

---

<sup>7</sup> PEREIRA, Analúcia Danilevicz; GRASSI, Amaro. *SAARC: O Processo de Integração Regional no Sul da Ásia*. Disponível em <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>>. Acesso em 10 jul. 2007.

preferencial de comércio em 1993, o qual posteriormente avançou a uma área de livre-comércio, posta em vigor em janeiro de 2006<sup>8</sup>.

O processo de integração regional, apesar de lento, mostra-se preocupado com o desenvolvimento sustentável dos países envolvidos. A liberalização econômica decorrente dos acordos comerciais prevê salvaguardas aos países menos desenvolvidos e, além disso, o bloco tem ampliado o poder de barganha dos países no cenário internacional. A unificação do posicionamento dos países em fóruns estabelecidos pela OMC prova que, apesar das dificuldades de ampliação do comércio intrabloco, a busca pelo desenvolvimento conjunto permanece como uma das principais vertentes de ação da SAARC.

### **Diversidade *versus* Tolerância Religiosa: o conflito entre hindus e muçumanos**

A Índia possui grande tradição democrática, muito à frente de boa parte dos seus vizinhos. Para alguns, apesar de ser um país de grandes contrastes e disparidades sociais, encontra “unidade na sua diversidade” e, neste sentido, a espiritualização possui um papel central, independente da classe social e do nível de alfabetização. Ao longo de sua história, marcada pela grande herança cultural e política, a Índia desenvolveu uma espécie de “identidade civilizacional” distinta, que possibilita a mobilização da população em torno de valores, imagens e idéias. Destarte, sua trajetória peculiaridade ao longo do tempo faz com que os estigmas de uma possível desmobilização por sua grande diversidade (fruto da absorção das mais diversas culturas dos povos que passaram por seu território) sejam superados e a unidade seja mantida.

Para melhor compreender a diversidade religiosa do país, é fundamental analisar os seguintes números: a população indiana é composta por aproximadamente 83% de hindus, 11% de muçumanos e o restante de cristãos e sikhs. É interessante notar que mesmo sendo a Índia o berço do budismo, a religião praticamente desapareceu do seu território.

A tolerância religiosa, apesar da dita unidade na diversidade, não parece ser uma constante. A partir da década de 1990 houve uma forte intensificação das disputas entre hindus e muçumanos, com inúmeros conflitos violentos que acabaram deixando diversos mortos e feridos. A violência entre hindus e muçumanos espalhou-se pelo sul da Ásia, tendo seu ápice em dezembro de 1992, quando uma multidão hindu destruiu uma mesquita em Ayodhya sob o pretexto de agir com aprovação divina (uma vez que o monumento havia sido construído sobre um lugar considerado sagrado). A partir desse episódio surgiu um movimento de fundamentalistas hindus que proclamavam aos muçumanos que adotassem sua ética (*Hindutva*) ou emigrassem para o “seu próprio país” – o Paquistão.

O conflito foi retomado em 2002. Encorajados pela popularidade do governo do partido pró-hindu BJP, militantes fundamentalistas hindus tentaram construir um templo sobre o terreno da mesquita destruída. O governo, consciente do prejuízo que seria causado à sua coalizão, impediu que os planos fossem levados a cabo. Aconteceu, então, outro episódio: ao voltarem de trem para suas casas em Guajarat, militares hindus foram atacados por muçumanos, que colocaram fogo no vagão, matando 59 pessoas (entre homens, mulheres e crianças). Nos dias seguintes ao ataque, gangues hindus passaram a queimar vivos os muçumanos, sem que houvesse qualquer reação da polícia ou do parlamento. Em poucos dias, mais de mil muçumanos foram assassinados e mais de 100 mil refugiaram-se, temerosos de voltar às suas respectivas cidades. A Comissão de Direitos Humanos da Índia reconheceu os ataques violentos contra

---

<sup>8</sup> VIZENTINI, P. G. F. *Processos de integração regional afro-asiáticos*. Disponível em <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>>. Acesso em 10 jul. 2007.

muçulmanos e cristãos, assumindo a cumplicidade de alguns membros do governo e a passividade da polícia. A popularidade dos partidos anti-muçulmanos e pró-hindus, porém, não foi afetada pelo relatório<sup>9</sup>.

Mensagens de ódio (como, por exemplo, “o hinduísmo é para os hindus, a morte é para os muçulmanos”), assim como a incerteza em torno de explosão de conflitos, continuam a gerar um clima de grande insegurança no país, afastando, inclusive, diversos investidores estrangeiros. O avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico são, deste modo, dificultados pelo terror que se espalha pelo território do país e pela depredação das propriedades privadas.

As dificuldades parecem inerentes à sociedade indiana e podem ser constatadas pela retrógrada divisão de castas. Contudo, apesar do acirramento das disputas e do aumento da intolerância religiosa, a sociedade já exhibe traços de abandono de seus fortes laços de conservadorismo: demonstrando uma perspectiva de mudança e abrandamento dos ânimos para o futuro – a classe média indiana já começa a realizar casamentos fora das castas.

### **A Inserção Indiana em Meio à Nova Ordem Mundial: possibilidades de ampliação da influência regional**

Após mais de três guerras com o Paquistão nos últimos 50 anos, as negociações de paz com o país foram retomadas em 2003, pelo então primeiro ministro indiano Atal Behari Vajpayee<sup>10</sup>. A pressão imposta pelo governo estadunidense, por meio das Sanções Glenn, foi indubitavelmente um dos maiores motivadores para tal iniciativa, já que os dirigentes indianos – especialmente após as guerras do Afeganistão e do Iraque – optaram pela resolução interna dos conflitos a fim de evitar a imposição de uma solução externa. A atenção norte-americana voltou-se à Índia após a realização das explosões nucleares realizadas pelo país em 1998, resultando daí o interesse em findar o conflito com o Paquistão e incluir a Índia em diversos regimes internacionais de não-proliferação de armas nucleares.

Ademais, é importante lembrar dois eventos que alteraram significativamente as alianças mundiais: o final da Guerra Fria e os atentados de 11 de setembro. A aliança Paquistão-EUA-China em contraposição à aliança Índia-URSS, durante a Guerra Fria, deu lugar a um maior balanceamento americano nas relações com os países da região. A aliança paquistanesa deixou de ser essencial após a retirada soviética do Afeganistão.

Em 1999, com a ascensão de um regime marcial no Paquistão (liderado pelo general Musharraf), as relações deste país com os Estados Unidos se deterioraram, especialmente em virtude do apoio paquistanês ao regime Talibã do Afeganistão. Por um breve período de tempo, o Paquistão passou a ser visto como semelhante a seu vizinho “terrorista”, enquanto a Índia, por sua vez, foi elevada ao posto de estandarte sul-asiático da liberdade e da democracia. Os negócios entre Estados Unidos e Índia aumentaram, e a importância indiana, com o milhão e meio de indianos residentes nos Estados Unidos, passou a ser reconhecida pelo congresso americano.

Os eventos de 11 de setembro de 2001, porém, transformaram radicalmente essas relações. O Primeiro Ministro indiano imediatamente ofereceu seu apoio aos Estados Unidos na guerra contra o terrorismo, porém a proposta foi recusada por Washington, que buscava uma aliança com o Paquistão, geograficamente mais importante naquele momento. A Índia, que há muito considerava o Paquistão um Estado terrorista, não via com bons olhos a aliança

---

<sup>9</sup> WOLPERT, Stanley. *A new history of India*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 465-467.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto de. Para onde vai a Índia? In: *Panorama da Conjuntura Internacional*, n. 21, ano 6, mai.-jun. 2004.

paquistanesa com os Estados Unidos: prova disso foi a acusação indiana do Paquistão ter apoiado dois ataques terroristas muçulmanos, um à Assembléia estadual da Caxemira e outro ao Lok Sabha (parlamento indiano), ocorridos no final de 2001. A partir daí, a Índia tomou partido decisivamente contra o terrorismo – nesse caso, paquistanês – e durante todo o ano de 2002 a Linha de Controle foi ocupada por tropas indianas e paquistanesas, fato que provocou medo de uma possível guerra nuclear entre os dois países.

A aproximação paquistanesa a grupos talibãs no Afeganistão, assim como as profundas alterações na ordem mundial acarretadas pelos atentados de 11 de setembro, transformaram a Índia em um grande aliado norte-americano na guerra contra o terrorismo e um pivô na contenção de uma possível efetivação de aliança entre o grupo Talibã e o Paquistão.

Deste modo, a aliança entre Índia e Estados Unidos no combate ao terrorismo diminuiu a preocupação norte-americana com o programa nuclear indiano, estreitando as relações entre os países por meio de um acordo de cooperação nuclear em março de 2006, que manteve a Índia fora de tratados globais de não-proliferação. Apesar da aproximação norte-americana, os dirigentes indianos têm tido cuidado em não se prender a laços demasiadamente estreitos com os EUA, buscando diversificar suas relações com outras nações (demonstrando a manutenção do velho pragmatismo indiano nas relações exteriores).

Nessa esteira, é possível citar a formação de parcerias com países em desenvolvimento (como o Brasil e África do Sul), buscando a projeção de um modelo de desenvolvimento conjunto e o incremento da eloqüência de suas reivindicações nas negociações internacionais; a aderência ao Tratado de Bali em dezembro de 2003 (que rege a cooperação entre os membros da ASEAN); e a crescente aproximação indiana aos países membros da SAARC.

As relações do país com a China passam por altos e baixos, o que resta demonstrado pelas acusações mútuas quanto à busca pela hegemonia, assim como pela realização de testes nucleares como forma de intimidar o adversário. Ainda assim, as relações parecem estar se tornando menos turbulentas: o reconhecimento indiano do território tibetano como posse chinesa e a abertura de uma velha rota de comércio indiano em território chinês são bons demonstrativos.

Em âmbito regional, para seus vizinhos menores, a Índia sempre representou o papel de uma grande potência, dada sua grande influência cultural e econômica (mais considerável até, em alguns casos, que a China ou mesmo os EUA). Em meio ao cenário mundial, no entanto, a Índia pouco influenciou os demais países. Apesar dos avanços em termos de desenvolvimento, problemas relativos à coesão social e política e às reformas econômicas ainda são obstáculos a serem superados para que o país possa, efetivamente, se impor no cenário internacional. Sendo assim, a Índia pouco teria a ganhar com hostilidades aos objetivos estadunidenses, ou mesmo na continuidade da disputa com o Paquistão (ampliando as possibilidades de um conflito nuclear). O ambiente decorrente destas situações tenderia a piorar as condições de auto-imposição ou mesmo de desenvolvimento junto à região sul do continente asiático.

As mudanças no ambiente internacional provocadas pelas transformações na economia geraram um grande desafio à Índia: unir eficiência administrativa e científica com o potencial de sua imensa população como meio de adquirir vantagens sobre os demais e engendrar um desenvolvimento acelerado e sustentável através do incremento tecnológico.

É importante notar, contudo, que a Índia nunca possuiu uma das condições observadas por diversos estrategistas de relações internacionais para que um país se torne uma grande potência: a vontade de potência<sup>11</sup>. Ao longo do tempo, o comportamento do Estado indiano foi

---

<sup>11</sup> Para uma melhor discussão da expressão *vontade de potência*, ver: MORGENTHAU, 1967 e WALTZ, 1979.

marcado pela defesa territorial ao invés da expansão. Os grandes líderes da nação arraigaram a importância do não-uso da força, e não há perspectivas de que essa idéia venha a mudar tão cedo.

É nesse âmbito de rejeição do uso da força que se insere até os dias de hoje o papel pouco importante das forças armadas dentro da nação. Desde o Império Mughal, o papel do exército era de garantir a consolidação do território, não a conquista. O próprio governo pós-independência de Nehru deu ênfase ao fortalecimento do poder de Estado, não do poder *militar* do Estado. O gasto com as forças armadas, nessa época, era visto como prejudicial ao crescimento econômico e mesmo à dominação civil. A garantia da independência indiana no longo prazo dar-se-ia através da construção de uma infra-estrutura industrial e econômica forte, e não da aquisição de armamentos.

Do ponto de vista estratégico, portanto, a tradição indiana combina elementos realistas e idealistas. A Índia é respeitada por todo o mundo como um Estado que tomou uma posição contra o uso da força e a favor da negociação pacífica para resolver desavenças internacionais. Alguns acreditam, porém, que é chegado o momento de enfatizar o uso da força como meio para obter um melhor status internacional e acelerar o desenvolvimento econômico<sup>12</sup>.

Esse uso da força seria, de qualquer forma, limitado: a estratégia indiana tem sido de reação a eventos externos, pois o país se considera uma potência de *status quo*, com direito ao domínio da sua região, mas sem estender seu poderio militar a regiões mais distantes. Seu ideal é um mundo com diversas grandes potências, cada uma em sua região, sem interferência das superpotências. Esse pensamento é fonte de divergências com os Estados Unidos, que em seu domínio mundial vão de encontro ao ideal de um mundo permeado por diversas potências regionais.

Durante a II Guerra Mundial a Índia se tornou uma potência militar com ajuda americana, iniciando um processo de encadeamento da indústria de defesa à estratégia econômica. Já na Guerra Fria, a Índia liderou o movimento dos não-alinhados, tática voltada a evitar o conflito, não a preparar-se para ele. Apesar disso, desenvolveu uma forte relação com a URSS e voltou a se armar, por temer o total isolamento frente à emergência do Paquistão e à aliança da China com os EUA. Vale lembrar que o não-expansionismo indiano não se aplica ao Paquistão, já que desde a independência este país foi considerado uma parte da Índia, a ser um dia reintegrada.

Em 1990, a crise com o Paquistão trouxe à tona o possível poderio nuclear daquele país e preocupou o mundo, que passou a ver a região como propensa a uma possível guerra nuclear. Nesse mesmo período, atingida pela estagnação econômica, a Índia parecia desistir de um propósito de tornar-se uma potência militar, diminuindo seus gastos com segurança. O Paquistão também estava em declínio econômico e a possibilidade de agravamento da crise na região pareceu remota.

Em maio de 1998, entretanto, a Índia anunciou a ocorrência de testes de dispositivos nucleares e assumiu a posição de Estado nuclear. Duas semanas depois, o Paquistão seguiu a mesma postura. O fato de os dois países não possuírem estrutura de segurança, como bons sistemas de controle e comando, contribuiu para que o sul da Ásia se tornasse a região mais propensa a um conflito nuclear no presente século. Em fevereiro de 1999, o Primeiro Ministro indiano, Vajpayee, foi ao Paquistão a convite do Primeiro Ministro Sharif para discutir disputas entre os dois países, entre elas o conflito sobre Jammu e Kashmir. Apesar dos esforços, logo após a reunião, uma nova crise envolvendo a Caxemira foi iniciada pelo chefe do exército (General Musharraf), com soldados paquistaneses – supostos militantes – cruzando a Linha de Controle.

---

<sup>12</sup> COHEN, Stephen P. *India: emerging power*. New Delhi: Oxford University Press, 2002, p. 64.



Agora entre dois Estados nucleares, a crise foi resolvida de forma diferente: a Índia logrou convencer a China, os Estados Unidos e o Conselho de Segurança das Nações Unidas de que a iniciativa havia sido do Paquistão. A questão se resolveu politicamente, porém obscureceu a chama de esperança que havia representado a reunião entre os primeiros-ministros. Manmohan Singh, atual primeiro-ministro indiano, tem dado ênfase e continuidade à política de negociação dos processos de paz com o Paquistão.

A mesma dicotomia indiana entre realismo e idealismo se observa nas suas relações com a Organização das Nações Unidas. Em 1945, ocupada com seu processo de independência, a Índia deixou passar a oportunidade de reclamar um assento permanente, com direito a veto, no Conselho de Segurança. Perdeu assim, possivelmente, sua chance de afirmação como uma grande potência. Representa, ainda assim, um papel econômico, político e mesmo militar importante dentro do sistema ONU. Recentemente essa visão idealista foi suplantada por uma visão mais realista, que busca status e segurança no assento permanente que antes lhe escapou. A Índia tem defendido a mudança dos parâmetros de escolha dos membros, que implicaria talvez em uma maior consideração de seu direito à vaga permanente no Conselho. A mudança de postura é causada também pela sua necessidade de vetar uma eventual resolução que intervenha na questão da Caxemira, já que com o desmantelamento da União Soviética a Índia não pode mais contar com o veto dos precedentes aliados russos<sup>13</sup>.

### **Considerações Finais**

A reorganização mundial ampliou enormemente o desafio de a Índia estabelecer-se em meio aos seus vizinhos asiáticos. Nesse âmbito, o país parece seguir a tradição de não-uso da força, impondo-se cultural e economicamente ao invés de expandir-se através de suas forças militares. O desafio de inserção em seu próprio continente se impôs, mais intensamente, com o final da Guerra Fria e a necessidade de (re)construção das alianças, a fim de contrabalancear o dragão chinês, fatos que são de suma importância não somente para o país como para a região como um todo.

Com o final da Guerra Fria e, em especial, após os atentados de 11 de setembro, as alianças mundiais se alteraram. A composição entre Paquistão, Estados Unidos e China que fazia frente à aliança russo-indiana, cedeu espaço a uma nova organização no continente asiático: a Rússia afastou-se da Índia e os Estados Unidos estabeleceram uma relação mais igualitária com os países da região. Ademais, a retirada soviética do território afegão diminuiu a importância da aliança paquistanesa para os Estados Unidos. Com isso, a decorrente aproximação paquistanesa de grupos talibãs transformou a Índia em um aliado essencial aos norte-americanos, principalmente no que tange a guerra contra o terrorismo.

No âmbito interno, as dificuldades inerentes ao processo de abertura econômica decorrentes da guinada ao liberalismo na década de 1990, assim como a contenção dos extremismos de cunho religioso-nacionalista são obstáculos a serem controlados pelos indianos a fim de engendrar um desenvolvimento acelerado e auto-sustentável. O combate à fome, ao analfabetismo e a busca por melhores condições de vida têm se tornado um desafio cada vez maior, e têm sido alcançados, em parte, graças aos amplos avanços tecnológicos que o país tem conseguido obter. No entanto, ainda há um longo caminho a ser traçado e a modernização da sociedade é um dos problemas que a Índia terá de enfrentar nas próximas décadas.

---

<sup>13</sup> COHEN, Stephen P. *India: emerging power*. New Delhi: Oxford University Press, 2002, p. 34

As relações exteriores do país, nas últimas décadas, foram caracterizadas pelo tensionamento seguido da pacificação com antigos rivais como o Paquistão e a China. A nova ordem ainda trouxe a aproximação americana, além de uma maior aproximação junto ao continente asiático através de perspectivas de integração regional junto à ASEAN ou ao SAARC. Ademais, a Índia parece não virar as costas aos seus antigos aliados do não-alinhamento do período da Guerra Fria e continua buscando uma concertação política entre os países a fim de alterar suas condições de baixo desenvolvimento.

## Referências

BANCO MUNDIAL. Global Monitoring Report 2007.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Índia: o assalto ao futuro. *Carta Internacional*, n. 65, jul. 1998.

BOUTON, Marshall M. India's problem is not politics. *Foreign Affairs*, New York, v. 77, p. 80, mai.-jun. 1998.

DAS, Gurcharan. The India Model. *Foreign Affairs*, New York, v. 85, p. 2, jul.-ago. 2006.  
CHANDRA, Bipan; MUKHERJEE, Mridula; MUKHERJEE, Aditya. *India After Independence (1947 – 2000)*, Penguin Books, 1999.

COHEN, Stephen P. *India: emerging power*. New Delhi: Oxford University Press, 2002.

DOBBS-HIGGINSON, M. S. *Asia Pacific: its role in the new world disorder*, Kew: Mandarin, 1996.

GRENVILLE, J.A.S. *A History of the World: from the 20<sup>th</sup> to the 21<sup>st</sup> century*, London: Routledge, 2005.

MOHAN, C. Raja. India and the Balance of Power. *Foreign Affairs*, New York, v. 85, p. 17. 2006.

MORGENTHAU, Hans Joachim. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, [1ª ed., 1948], New York: Alfred A. Knopf, 1967.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Desenvolvimento Humano 2006.

OLLAPALLY, Deepa; RAMANNA, Raja. U.S.-India tensions: misperceptions on nuclear proliferation. *Foreign Affairs*, New York, v. 74, p. 13-18. jan. 1995.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Para onde vai a Índia? *Panorama da Conjuntura Internacional*, n. 21, ano 6, mai.-jun. 2004.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; GRASSI, Amaro. *SAARC: O Processo de Integração Regional no Sul da Ásia*. Disponível em <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>>. Acesso em 10 jul. 2007.

SHELTH, D. L. Democracy and Globalization in India: Post-Cold War Discourse. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 540, Local Governance around the World (Jul., 1995), pp. 24-39

SWAIN, Ashok. Displacing the Conflict: Environmental Destruction in Bangladesh and Ethnic Conflict in India. *Journal of Peace Research*, n. 5, vol. 33. p. 189-204, 1996.

THAKUR, Ramesh. India After Nonalignment. *Foreign Affairs*, New York, v. 71, Iss. 2, p. 165-183, Spring, 1992.

THAKUR, Ramesh. India in the world. *Foreign Affairs*. New York, v. 76, iss. 4, v. 76, Iss. 4; p. 15-23, jul.-ago. 2007.

THAROOR, Shashi. E pluribus, India. *Foreign Affairs*, New York, v. 77. iss. 1, p. 128-135, jan.-fev. 1998.

VIZENTINI, P. G. F. *Blocos Econômicos em Desenvolvimento II: a SAARC*. Disponível em <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>>. Acesso em 10 jul. 2007.

VIZENTINI, P. G. F. *Processos de integração regional afro-asiáticos*. Disponível em <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/>>. Acesso em 10 jul. 2007.

WALTZ, Kenneth Neal. *Theory of International Politics*, Boston: McGraw-Hill, 1979.

WOLPERT, Stanley. *A new history of India*, New York: Oxford University Press 2003.